



PERFIL

Plaspar S.A.
 A Plaspar Participações Industriais S.A. (Bovespa: PLAS3), através de sua subsidiária Plaspar Ltda., atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores, nos mercados originais e de reposição para montadoras do Brasil.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19 e por seus efeitos na indústria. Em evento sem precedentes, todos os clientes automotivos da Plaspar interromperam suas atividades ao final de março. Tal situação causou relevantes impactos negativos na Plaspar, notadamente a acentuada ociosidade durante aproximadamente 04 meses.

Desde o início da pandemia, a Companhia definiu como prioridade proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores e familiares, através da implementação de rígidos protocolos. Ao retornar a produção, atendendo aos cronogramas de seus clientes, a Companhia foi confrontada com a necessidade de adequar suas operações a estas novas demandas de segurança e saúde.

Conforme dados da ANFAVEA, verificou-se em 2020 uma queda na produção de veículos de 31,6%, quando comparada com o ano de 2019. A Companhia, entretanto, apresentou performance superior ao mercado, notadamente nos dois últimos trimestres do ano. A receita líquida da Companhia referente ao 4º Trimestre de 2020 foi superior em 16,8% em relação ao mesmo período de 2019 e 39,1% em relação ao 3º Trimestre de 2020, mostrando assim, uma recuperação gradual e consistente nos volumes. Para o exercício de 2020, a receita líquida da Companhia apresentou queda de 9,4%, quando comparada com o exercício anterior.

Os eventos relacionados à pandemia levaram a Companhia a registrar uma queda na margem bruta, passando de 7,7% em 2019 para 1,3% negativa em 2020, assim como uma queda no EBITDA ajustado, passando de 1,5% ou R\$ 6.066 positivo em 2019 para 4,8% ou R\$ 17.570 negativo em 2020. Tais resultados são explicados principalmente pelo efeito da ociosidade, porém também em função de ineficiências geradas com a adoção dos rígidos protocolos de saúde e segurança. Igualmente, os aumentos de preços de matérias primas contribuíram para a perda de margem no exercício. O resultado líquido ajustado da Companhia por sua vez, somou prejuízo de R\$ 112.306 em 2020, sendo que no exercício de 2019 somou prejuízo de R\$ 144.771.

Cenário Automotivo	FONTE: ANFAVEA - BRASIL		
	2019	2020	VAR. %
PRODUÇÃO DE VEÍCULOS	2.945	2.014	-31,6%
VENDAS DE VEÍCULOS	2.788	2.058	-26,2%

A Companhia vem registrando significativa melhora em termos de liquidez e estrutura de capital, devido, principalmente, ao sucesso na renegociação de certos passivos.

O ano de 2021 deverá ainda ser marcado pelos desafios da recuperação, com a continuada busca de aumento de volume de produção, recomposição das margens e fortalecimento da geração de caixa.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	31.444	29	33.681	17.383
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	-	58.774	26.062
Estoques (Nota 8)	-	-	43.008	44.439
Propriedade para investimento	-	-	8.452	51.844
Outros ativos	17	17	2.414	2.389
	31.461	46	168.283	142.117
Não circulante				
Tributos a recuperar (Nota 9)	-	-	126.601	132.957
Depósitos judiciais	-	-	4.103	4.792
Outros ativos	-	-	156	115
Imobilizado (Nota 13)	7	7	275.848	307.193
Direito de uso de ativos (Nota 14)	-	-	21.672	35.766
	7	7	436.834	489.365
Total do ativo	31.468	53	605.117	631.482
			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	19.864	35.296
Passivos de arrendamento (Nota 14)	-	-	23.175	17.562
Fornecedores (Nota 16)	-	-	36.886	22.313
Impostos e contribuições a recolher (Nota 26)	32	35	46.948	47.145
Salários, férias e encargos sociais a pagar (Nota 17)	-	-	101.668	56.932
Adiantamentos de clientes (Nota 18)	-	-	15.184	20.785
Partes relacionadas (Nota 11.b)	-	-	-	6.160
Outros passivos (Nota 20)	-	-	30.919	114.864
	32	35	274.044	321.057
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	118.373	100.162
Passivos de arrendamento (Nota 14)	-	-	22.377	42.736
Partes relacionadas (Nota 11.b)	44.460	11.554	7.450	15.017
Salários, férias e encargos sociais a pagar (Notas 17 e 26)	-	-	10.366	110.592
Impostos e contribuições a recolher (Nota 26)	-	-	110.592	116.286
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10.a)	-	-	19.205	18.501
Provisões para contingências (Nota 19.c)	-	-	11.550	7.395
Provisão para perdas com investimento em controlada (Nota 12)	176.192	60.667	-	-
Outros passivos (Nota 20)	-	-	220.376	82.531
	220.652	72.221	520.289	382.628
	220.684	72.256	794.333	703.685
Total do passivo	931.455	931.455	931.455	931.455
Patrimônio líquido (Nota 21)				
Capital social	335	405	335	405
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.121.006)	(1.004.063)	(1.121.006)	(1.004.063)
Prejuízos acumulados	(189.216)	(72.203)	(189.216)	(72.203)
	31.468	53	605.117	631.482
			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	

DEMONSTRAÇÕES DAS MARGENS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

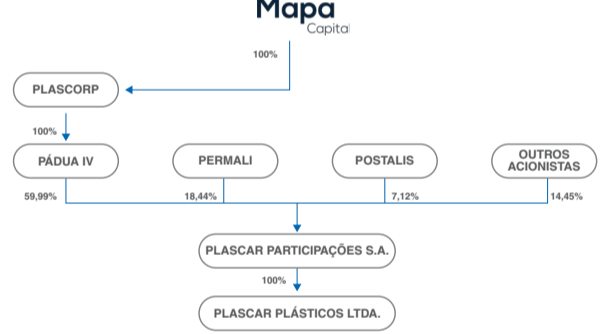
	Capital social		Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados		Total		Participação de não controladores		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Saldos em 31 de dezembro de 2018	481.972	449.483	-	-	1.158	(997.435)	(514.305)	449.483	(556)	(514.861)	449.483	449.483
Aumento de capital (Nota 21.a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	(298)	298	101	(101)	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	(556)	-	(6.825)	(6.825)	(6.825)	-	(6.825)	-	(6.825)	-
Transações de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	931.455	-	(106)	106	36	(36)	(117.013)	(117.013)	-	(117.013)	-	-
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	931.455	-	335	335	(1.121.006)	(189.216)	(189.216)	(189.216)	-	(189.216)	-	-
			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Plaspar Participações Industriais S.A. ("Plaspar S.A." ou "Companhia"), com sede na cidade de Jundiá (Desde 11 de fevereiro de 2019 - anteriormente sediada na cidade de Campinas), no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação na controlada Plaspar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("Plaspar Ltda."), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. A Plaspar Ltda. possui plantas industriais localizadas nas cidades de Jundiá/SP, Varginha/MG e Betim/MG. As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes, entre outros componentes. A Plaspar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos. Atividade esta que representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados na Companhia. Após a conclusão da reestruturação financeira da Companhia e sua controlada em 31 de janeiro de 2019, o controle acionário da Plaspar S.A. passou a ser da Pádua IV Participações S.A., com participação de 59,99% de seu capital, que também é composto pela Permail do Brasil Indústria e Comércio Ltda., com 18,44%, pela Postalis Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos com 7,12% e por outros acionistas individuais que possuem, em conjunto, 14,45%. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03 de março de 2021. Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 105.761 (R\$ 178.940 em 2019) no consolidado e patrimônio líquido negativo no consolidado e na controladora o montante de R\$ 189.216 (R\$ 72.203 em 2019). Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente e comparativo, bem como mantém um prejuízo acumulado de R\$ 1.121.006, no individual e consolidado (R\$ 1.004.063 em 2019). As despesas financeiras somam R\$ 53.065 em 2020 (R\$ 96.391 em 2019). A Administração está tomando medidas para reduzir o impacto dessas despesas no resultado da Companhia, principalmente através da gestão e reestruturação de seus passivos fiscais e bancários. Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2021 aponta para um aumento de 25,0%. Em 2020, verificou-se uma queda na produção de veículos em 31,6%, quando comparado com o exercício de 2019, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, em 2020, apresentou uma queda de 9,4% quando comparada com o ano anterior. A Companhia continua adotando medidas para elevar a receita obtida de novos projetos e reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de-obra, matéria-prima etc.), dando sequência ao processo de reestruturação da Companhia, bem como o enfrentamento da crise iniciada em março de 2020 decorrente da pandemia COVID-19. A Administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, considerando novos projetos e oscilação de volumes diante do cenário atual (COVID-19). Impactos da COVID-19 (coronavírus) nos negócios da Companhia: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o surto do Coronavírus COVID-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para as ações econômicas e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 efetivamente provocaram. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área de saúde. As suspensões da produção automotiva atingiram quase todo o setor no país, com 123 mil trabalhadores parados em 63 fábricas localizadas em 40 cidades de 10 estados. Durante a crise, a Administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Administração acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e dos clientes atendidos. A Companhia implementou as seguintes medidas durante o primeiro e segundo trimestres: • Implementação de um comitê de Gestão de Crise; • Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus; • Suspensão de viagens, treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores; • Orientação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e isolamento de todos os funcionários classificados como de maior risco (acima de 60 anos e com doenças crônicas, conforme orientação dos entes públicos); • Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento médico 24 horas para apoio aos funcionários e familiares e disponibilização de canais internos de comunicação aos funcionários, focados no atendimento relativo à pandemia; e • Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais. Visando reduzir os impactos financeiros a Administração ainda adotou as seguintes medidas: • Antecipação de férias coletivas para seus funcionários e no dia 1 de abril de 2020, alinhado com o sindicato responsável pela categoria, implementou a jornada reduzida em 50% para todos os colaboradores, medida que foi revertida gradualmente no terceiro trimestre; • Renegociação de prazos de certos passivos junto a bancos, fornecedores e outras contas a pagar; • Ampliação dos controles de estoque para mantê-los em nível mínimo necessário; e • Realização de benchmarking com outras autopeças e também com as montadoras para troca de informações e medidas para aplicação na Companhia. Apesar da parada total das montadoras que ocorreu em períodos diversos entre os meses de março e julho de 2020, as três plantas seguiram funcionando. No entanto, o ritmo de trabalho foi muito reduzido, focando em projetos específicos e atividades de manutenção preventiva. Os custos relacionados à capacidade ociosa das plantas durante esse período e para todo o exercício foram mensurados pela Administração e registrados diretamente no resultado dos períodos respectivos, conforme parecer de orientação da CVM 24/92. As operações da Companhia em 2020 foram impactadas significativamente pela pandemia, contemplando uma queda total em receitas de 9,4% quando comparada a 2019. A Administração segue monitorando os efeitos da crise. Após um movimento de recuperação do mercado brasileiro de veículos, que nos meses setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020 registraram volumes mais altos do que os registrados antes da pandemia de Coronavírus atingir o país. A ANFAVEA apresentou novas e melhoradas projeções de vendas domésticas e produção, prevendo um aumento de 25% na produção de veículos para 2021. Contudo, a associação dos fabricantes coloca uma série de ressalvas às novas estimativas, apontando que ainda há no horizonte dos próximos meses incertezas que podem mudar os números para baixo ou para cima, a começar pelo próprio desenvolvimento da Covid-19 que segue sendo uma ameaça importante à economia. Ainda de acordo com a ANFAVEA, houve aumento na produção de veículos em dezembro de 2020 da ordem de 22,8% em relação a dezembro de 2019. Mediante a esta potencial recuperação do mercado, a Companhia já adotou algumas medidas de flexibilização e retomada gradativa de sua capacidade de produção, onde se destacam: • Retomada da jornada de trabalho de forma gradual a partir agosto de 2020. A partir de setembro de 2020 todos os funcionários da Companhia estavam com jornada integral de trabalho; • Flexibilização do regime de home office; • Retomada das visitas de terceiros às instalações da Companhia, mediante agendamento prévio e seguindo os protocolos de segurança; • Intensificação dos protocolos de higienização e saúde para garantir a saúde de todos os colaboradores, clientes e parceiros da Companhia. • Apesar da desmobilização do Comitê de Crise implementado no início da pandemia, o comitê poderá ser acionado de imediato, em caso de necessidade. Cabe ressaltar, que em dezembro de 2020, com a piora dos índices da pandemia na população em geral, a Companhia resolveu reinstaurar o regime de home-office para as áreas administrativas, além de limitar viagens e visitas. Foram intensificadas as iniciativas de orientação e alerta aos colaboradores para os riscos da pandemia e as medidas de prevenção. Reestruturação Societária e Financeira: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, o plano final de reestruturação da dívida da Companhia que, em linhas gerais, envolve a cessão de aproximadamente 90% da dívida existente da Plaspar pelos principais credores da Companhia para a atual controladora "Pádua IV Participações S.A.". Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plaspar Ltda., por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 4.970.167 ações ordinárias, no preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972, dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias. Com a conclusão da reestruturação financeira da Companhia em 31 de janeiro de 2019, o patrimônio líquido e o passivo circulante da Companhia foram impactados positivamente em R\$ 449.483, decorrente de aumento de capital. A Administração segue negociando passivos com diversos credores, com o objetivo de adequá-los à capacidade de geração de caixa da Companhia. Ao longo de 2019 e início de 2020 foram repactuados certos passivos, que passaram a ser reportados no não-circulante. Segue abaixo a Estrutura Societária, inclusive com destaque para o novo controlador da Companhia - Pádua IV Participações S.A., após conclusão do plano de reestruturação da Companhia e subscrição de capital.

Mapa



2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. **2.2. Base de consolidação:** A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2020. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ao direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa da mesma Companhia, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo quótilo e) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a eles). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Plaspar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("Plaspar Ltda."), a qual possui participação de 100% em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **a) Transações com participações de não controladores:** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Participação de não controladores." **b) Perda de controle em controladas:** Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas no resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e de risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.4. Ativos financeiros - 2.6.1. Classificação:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático. Para um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto.

INVESTIMENTOS

A Companhia vem mantendo os investimentos necessários para atender a produção atual e os novos contratos celebrados, buscando a melhoria da produtividade e redução de custos, totalizando "CAPEX" em 2020 de R\$ 7 milhões (R\$ 9 milhões em 2019).

RECURSOS HUMANOS

A despeito das adversidades econômicas no País, a Companhia continua investindo no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, com aproximadamente 22,15 horas de ensino e treinamento por colaborador (nos últimos 12 meses), focados em aprendizagem do SENAI, estágios, além de treinamentos com desenvolvimento técnico e operacional.

A Companhia encerrou o ano de 2020 com um quadro de 1.728 colaboradores (1.801 em 2019).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS INDEPENDENTES

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S..

Informamos que no exercício de 2020, a Companhia contratou, junto aos seus auditores, serviço não relacionado à auditoria externa no valor de R\$ 22. A política da Companhia e sua controlada na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente, que são: auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer função de gerência em seu cliente e o auditor não deve advogar para seu cliente.

Os Diretores qualificados declaram que:

- a) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.
- b) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

Uma vez mais agradecemos a todos aqueles que estiveram presentes e nos apoiaram durante o transcorrer do exercício de 2020, dentre os quais, os nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Instituições financeiras, Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia.

O EBITDA e as informações não financeiras incluídas neste relatório, assim como os percentuais derivados, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.

Jundiá, 03 de março de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2020			

continuação do custo

Consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 Saldo inicial Adições Baixas Transferências Saldo final Edificações Máquinas e equipamentos Moldes Móveis e utensílios Veículos Equipamentos de computação Peças e materiais de reposição Adiantamentos a fornecedores Provisão para impairment Adiantamentos e máquinas e equipamentos

Consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Saldo inicial Adições Baixas Transferências Saldo final Edificações Máquinas e equipamentos Moldes Móveis e utensílios Veículos Equipamentos de computação Peças e materiais de reposição Adiantamentos a fornecedores Provisão para impairment Adiantamentos e máquinas e equipamentos

c) Movimentação da depreciação Consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 Saldo inicial Adições Baixas Transferências Saldo final Edificações Máquinas e equipamentos Moldes Móveis e utensílios Veículos Equipamentos de computação Peças e materiais de reposição Adiantamentos a fornecedores Provisão para impairment Adiantamentos e máquinas e equipamentos

d) Teste para verificação de impairment de ativo não financeiro: A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de impairment são preparados por um perito independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a Avaliação Patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiá, Batm e Varginha.

Resumo dos Empréstimos BRASIL FIBRA BDMG ITAÚ BRADESCO CEF FIDIS DAYCOVAL SOFISA UNION ALFA Total Capital Giro - Moeda Nacional % Em relação ao total

Encargos sociais Indenizações trabalhistas Provisão férias Provisão para participação nos resultados Outros Circulante Não circulante 18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES Fiat Automóveis VW Calsonic Kasei Scania Mercedes Benz Volvo Chery Outros

19. COMPROMISSOS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS a) Arrendamento mercantil operacional (transação de Sale & Leaseback): Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plaspar Ltda. realizou transações de Sale & Leaseback dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiá e Batm. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plaspar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos. A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com o CPC 06 R2 (IFRS16), a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como Direito de Uso de Ativos em contrapartida de Passivos de Arrendamento. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 53.065 (Nota 14). b) Repactuação dívida de aluguel: A Companhia concluiu em janeiro de 2020, a repactuação de sua dívida de aluguel em atraso cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 137 milhões, registrado na rubrica "outros passivos" e "passivo de arrendamento" no circulante. Com a conclusão dessa negociação, a dívida atualizada foi parcelada, com carência acima de um ano para início dos pagamentos. O saldo foi transferido para a rubrica Outros Passivos no não circulante em janeiro de 2020. c) Processos judiciais - Valores envolvidos e critérios de provisão contábil para casos de perda provável: A Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza trabalhista (e previdenciária), cível e tributária que atualmente estão em andamento. O critério adotado pela Companhia para classificação do risco de perda é estimado como "remoto", "possível" e "provável", sendo que "remoto" indica risco mínimo de perda, "possível" indica risco moderado de perda e "provável" indica risco elevado de perda judicial, cabendo aos assessores legais externos, com auxílio do departamento jurídico da Companhia, analisar detalhadamente cada processo judicial, novo ou em andamento, classificando-os de acordo com suas melhores estimativas de resultado. Referidas classificações de risco são avaliadas mensalmente, podendo ser alteradas sempre que o entendimento do assessor legal indicar essa necessidade. Além disso, todos os processos também recebem atualização monetária mensal, de acordo com os índices legais adotados pelos tribunais, no intuito de refletir a mais precisa a atual situação econômica de cada processo. Para todos os casos em que os assessores legais externos e internos indicam o risco de perda como "provável", a Companhia constitui provisão individual em montante suficiente para fazer frente ao valor estimado dessa perda, que é devidamente calculado e apurado através de contadoria judicial (no caso do juízo) ou perito-assistente contábil (no caso da Companhia), com base nas sentenças condenatórias e/ou quaisquer outras decisões oriundas de instâncias superiores (grau recursal) que sejam emanadas pelos tribunais e que indicam, sem margem de dúvida, que a Companhia está obrigada a realizar o pagamento em curto prazo, em razão do estágio avançado do processo. Além disso, a Companhia adota uma prática conservadora e realiza também a provisão mensal dos processos trabalhistas classificados como risco de perda "possível", para os quais a Companhia estima que serão celebrados acordos judiciais para liquidação e encerramento das reclamações antes de serem iniciadas as fases executórias. Após análise realizada pelos assessores jurídicos, a Companhia revisou os percentuais de acordos históricos efetuados e resolveu complementar estas provisões em R\$ 3.142 que foram registrados em sua totalidade no 3º Trimestre de 2020. Considerando os processos com risco de perda, a Companhia tem provisão total constituída conforme indicado abaixo:

Consolidado 2020 2019 Provisões previdenciárias e trabalhistas A movimentação da provisão para demandas judiciais, em 2020 e 2019, está assim representada:

Consolidado 2020 2019 Saldo inicial Adição Pagamentos Saldo final Previdenciárias e Trabalhistas

Paulo Silvestri Presidente do Conselho de Administração Paulo Alberto Zimath Conselheiro Andrew Catunda de Araújo Conselheiro DIRETORIA EXECUTIVA Diretor Ernesto Isala Diretor Presidente DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA) Paulo Silvestri Diretor Financeiro e DRI Edson Figueiredo Menezes Conselheiro Daniel Paulo Fossa Diretor Comercial DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA) Ana Lídia de Aguiar Zacarotto Diretora de Recursos Humanos CONSELHO FISCAL Cleidir Donizete de Freitas Conselheiro CLAUDIO BATISTA Gerente de Contabilidade - Contador CRC 1SP170282/O-9 PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Plaspar Participações Industriais S.A., em reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, em processo de revisão final pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Baseado nos exames efetuados, o Conselho Fiscal recomenda que o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis referidas acima sejam submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada. Jundiaí, 23 de fevereiro de 2021. Cleidir Donizete de Freitas

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO A partir de 1º de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06 R2 (IFRS16) - Arrendamento Mercantil, a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como arrendamento financeiro. O impacto inicial no ativo imobilizado e passivo foi R\$ 53.065. O valor foi calculado considerando um prazo total de vigência do contrato. A administração considerou como taxa incremental 9,5% para desconto da dívida ao Valor Presente (AVP), sendo essa a mesma taxa considerada nas renovações dos empréstimos juntos aos bancos. Em 2020 a Companhia registrou R\$ 23.443 como despesa de amortização no resultado (R\$ 19.082 em 2019). a) Premissas para o reconhecimento: A Companhia reconhece o Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento. (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados. (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. (vi) A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 utilizada foi de 9,5% ao ano para as operações de imóveis administrativos e galpões industriais. As taxas foram obtidas por operações de financiamentos para ativos destas classes. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2020 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. b) Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Direito de uso de ativos 31/12/2019 Amortização Reajuste 31/12/2020 Edifícios Total no ativo Passivos de arrendamento 31/12/2019 Pagamentos Juros Recap- tuação (1) Reajuste Trans. CP/LP 31/12/2020 Passivo circulante Passivo não circulante Total no passivo Direito de uso de ativos 01/01/2019 Amortização Reajuste 31/12/2019 Edifícios Total no ativo Passivos de arrendamento 01/01/2019 Juros Reajuste CP/LP 31/12/2019 Passivo circulante Passivo não circulante Total no Passivo

(1) Após repactuação da dívida dos aluguéis vencidos em janeiro de 2020, a Companhia reclassificou parte do montante para Outros Passivos no não circulante, vide Nota 19.b. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve a adição de novos contratos ou baixa de contratos vigentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou despesa de R\$ 147 (R\$ 51 em 2019) de referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos. c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

Consolidado 2020 Edifícios 2021 2022 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS a) Resumo dos empréstimos

Consolidado 2020 2019 Modalidade/finalidade Encargos financeiros em 31/12/2020 Capital de giro - moeda nacional Encargos de mercado Circulante Não Circulante O cronograma de vencimento do saldo do não circulante é apresentado abaixo:

d) Estimativa de perdas "possíveis", não provisionadas no balanço: Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como "possível" ou "remoto", não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda. Considerando os processos com risco de perda "possível", não provisionados, a Companhia informa que os seus valores envolvidos estão assim constituídos:

Consolidado 2020 2019 Modalidade/finalidade Encargos financeiros em 31/12/2020 Capital de giro - moeda nacional Encargos de mercado Circulante Não Circulante O cronograma de vencimento do saldo do não circulante é apresentado abaixo:

e) Ativos contingentes relevantes: Atualmente, a Plaspar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRAS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente. (i) O processo contra ELETROBRAS, cuja sentença foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já havia dado início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. Em julho de 2020, no entanto, por intermédio de seus assessores externos, a Companhia tomou conhecimento de uma suposta cessão de direitos, que teria sido realizado em maio de 2003, pela qual a titularidade e os benefícios econômicos oriundos desse processo seriam cedidos a terceiros. Não tendo identificado internamente elementos que confirmassem tal cessão de direitos, a Companhia se manifestou nos autos, requerendo mais informações sobre o assunto e, neste momento, aguarda manifestação do juízo. (ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2001, sendo concedido à Plaspar o direito líquido e certo de recebimento do valor de R\$ 2.237 (nota 8). Referido valor, contudo, foi objeto de questionamento pela Companhia no que se refere à sua atualização monetária, não sendo considerado pelo tribunal. Pendae ainda definição sobre referida atualização e, por consequência, o valor correto a ser liquidado em favor da Companhia, cuja estimativa dos assessores legais indica a importância R\$ 8.585.

20. OUTROS PASSIVOS Consolidado 2020 2019 Aluguéis a pagar Credores diversos - acordos firmados Outros passivos Circulante Não circulante

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Capital - Aumento de capital e emissão de ações: Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plaspar Ltda., por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972 e dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias. O preço de Emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., tendo em vista a situação financeira da Companhia naquele momento, com elevado endividamento e patrimônio líquido negativo. Uma vez que a Lei das S.A. não estabelece uma fórmula rígida para a fixação do preço de emissão, este preço foi fixado tendo em vista os critérios do artigo 170, § 1º, da Lei das S.A. em respeito ao interesse social da Companhia, de forma que a Companhia pudesse concretizar a reestruturação conforme planejado. Bônus de Subscrição: A Companhia emitiu em favor e como vantagem adicional aos subscritores das ações do Aumento de Capital, mediante atingimento de metas de EBITDA da Plaspar Plásticos nos anos de 2020, 2021 ou 2022, 7.455.251 bônus de subscrição, em uma única série e sob a forma escritural e nominativa, sendo atribuído 1 bônus de subscrição para cada ação de Aumento de Capital subscrita. A outorga a seus titulares, em conjunto, concede o direito de subscrever ações da Companhia representando 5% do capital da Companhia após emissão de tais ações. O preço para subscrição de 1 ação emitida em razão do exercício dos Bônus de Subscrição será de R\$ 0,01 "Preço de Exercício". A subscrição das ações decorrentes do exercício de Bônus de Subscrição dar-se-á de forma particular, no ato do exercício do Direito de Subscrição, e a integralização das ações então subscritas deverá ser realizada mediante o pagamento à vista do Preço de Exercício, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição de tais ações. b) Reservas - Ajustes de avaliação patrimonial: Constituída pelo registro contábil da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado e respectivos impostos. Nesta rubrica, estão registrados também os impactos na mudança de participação da controladora na controlada de 99,89% para 100% após reestruturação financeira ocorrida em 31 de janeiro de 2019. c) Remuneração aos acionistas: De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve distribuição de dividendos em função dos prejuízos apurados.

22. RESULTADO POR AÇÃO O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e apólos utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos, básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares, exceto valores por ação).

Consolidado 2020 2019 Prejuízo diluído por ação: Numerador: Prejuízo do exercício Denominador: Média ponderada do número de ações Prejuízo básico por ações - R\$ Prejuízo diluído por ação: (*) Numerador: Prejuízo do exercício Denominador: Média ponderada do número de ações Prejuízo diluído por ações - R\$ (*) Considera as potenciais ações a serem emitidas quando do exercício do Direito de Subscrição (Nota 21.a).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Paulo Silvestri Presidente do Conselho de Administração Paulo Alberto Zimath Conselheiro Andrew Catunda de Araújo Conselheiro DIRETORIA EXECUTIVA Diretor Ernesto Isala Diretor Presidente DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA) Paulo Silvestri Diretor Financeiro e DRI Edson Figueiredo Menezes Conselheiro Daniel Paulo Fossa Diretor Comercial DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA) Ana Lídia de Aguiar Zacarotto Diretora de Recursos Humanos CONSELHO FISCAL Cleidir Donizete de Freitas Conselheiro CLAUDIO BATISTA Gerente de Contabilidade - Contador CRC 1SP170282/O-9 PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Plaspar Participações Industriais S.A., em reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, em processo de revisão final pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Baseado nos exames efetuados, o Conselho Fiscal recomenda que o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis referidas acima sejam submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada. Jundiaí, 23 de fevereiro de 2021. Cleidir Donizete de Freitas

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA Consolidado 2020 2019 Receita bruta de vendas Impostos incidentes sobre vendas Devoluções e abatimentos sobre vendas

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (aliquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados - IPI (aliquotas de 5% e 15%), Programa de integração social - PIS (aliquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento de segurança social - COFINS (aliquotas de 7,60% e 10,80%).

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza: Consolidado 2020 2019 Matéria-prima, insumos, materiais de uso e consumo e gastos com pessoal Depreciação e amortização Serviços de terceiros Provisão para créditos duvidosos (Nota 7) Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 8) Crédito exclusão ICMS base cálculo PIS-COFINS Provisão para perda de imobilizado (Nota 13.a) Outros

Classificados como Custos dos produtos vendidos Despesas com vendas Despesas administrativas e gerais Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas

25. RESULTADO FINANCEIRO Consolidado 2020 2019 Despesas financeiras Juros e multas Encargos sobre impostos vencidos/parcelados (1) Ajuste a valor presente de arrendamentos (Nota 14) Variações cambiais passivas IOF Outros Receitas financeiras Juros e atualização monetária (2) Variações cambiais ativas Outros

Resultado financeiro (1) Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS. (2) O impacto positivo deve-se principalmente ao registro contábil da atualização monetária referente ao crédito exclusão do ICMS na base de cálculo PIS-COFINS (Nota 9).

26. OBRIGAÇÕES FISCAIS E ENCARGOS SOCIAIS O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 157.440 e R\$ 81.953 de encargos de folha de pagamento (R\$ 163.431 e R\$ 46.336 em 2019), destes, R\$ 11.411 impostos correntes a vencer, R\$ 55.236 impostos correntes vencidos e R\$ 172.746 parcelados (R\$ 11.574, R\$ 37.251 e R\$ 160.942 respectivamente em 2019).

Consolidado 2020 2019 Parcelados Circulante Não Circulante Em aberto A vencer Vencidos A vencer Vencidos circulante REFIS (PERT MP 783/17) Parcel. Ordinário PIS/COF/PI PIS COFINS ICMS (Regularize - MG) IPI (Parcelamento - MG) IPI Outros (ISS IPTU) IRRF (Empregados) Parcel. Ordinário INSS FGTS INSS (Empresa) INSS (Empregados) INSS parcelado Sesi Senai (Empresa) Soma (Empresa) Soma (Empregados) Total

Consolidado 2020 2019 Parcelados Circulante Não Circulante Em aberto A vencer Vencidos A vencer Vencidos circulante REFIS (PERT MP 783/17) Parcel. Ordinário PIS/COF/PI PIS COFINS ICMS (Regularize - MG) IPI (Parcelamento - MG) IPI Outros (ISS IPTU) IRRF (Empregados) Parcel. Ordinário INSS FGTS INSS (Empresa) INSS (Empregados) INSS parcelado Sesi Senai (Empresa) Soma (Empresa) Soma (Empregados) Total

Sobre os valores vencidos a Companhia registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação: Programa Especial de Regularização Tributária (PERT): A Plaspar Ltda aderiu ao PERT em 29 de agosto de 2017. O saldo dos impostos vencidos até abril de 2017, no âmbito da Procuradoria, foi parcelado em 120 vezes, sendo que o valor das parcelas nos primeiros 12 meses corresponde ao 0,4% da dívida, 0,5% no segundo ano, 0,6% no terceiro ano e saldo restante em 84 parcelas. O índice de correção das parcelas é a Selic. Adicionalmente, a MP 783/17 foi convertida na Lei 13.496/17 em 25 de outubro de 2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para abater da dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os parcelamentos nos âmbitos da Procuradoria e RFB foram consolidados em sua totalidade durante o exercício de 2018. A seguir apresentamos, resumidamente, os efeitos contábeis desta transação:

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Brasil - Tributário Receita Federal do Brasil - Não tributário Total Saldo original (a) Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL Lei 13.496/17 (b) (Nota 9.b.) Amortização da dívida até 31 de dezembro de 2019 Atualização do parcelamento

(a) Total da dívida tributária e não tributária atualizada na data da adesão do PERT, contemplando Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Desoneração da Folha). (b) A Companhia migrou para esta nova modalidade. O valor envolvido para abatimento do saldo com prejuízos fiscais e base negativa é de R\$ 79.870. Em novembro de 2019 a Companhia liquidou o saldo deste parcelamento.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS AS despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir: Consolidado 2020 2019 Salários e encargos sociais (1) Plano de participação nos resultados Demissões Benefícios previstos em Lei Benefícios adicionais

Benefícios adicionais: Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e sua controlada têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, transporte coletivo, alimentação e auxílio creche. Plano de participação nos resultados: A Companhia e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas: (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia. (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

28. SEGUROS A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratadas com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 629.300 (R\$ 629.300 em 31 de dezembro de 2019), e R\$ 3.000 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2019) para responsabilidade civil. A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

atos societários devidamente aprovados pelos órgãos competentes, e com a nova posição financeira e não financeira atualizada junto aos credores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Também focamos na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a reestruturação e impactos contábeis no patrimônio líquido e passivo circulante.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de mensuração dos instrumentos financeiros e patrimoniais da Companhia derivadas da reestruturação societária e financeira para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 3 de março de 2021



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Cristiane Cléria S. Hilario
Sócia-Contadora
CRC 1SP243766/O-8